

A CONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE E A MUDANÇA SOCIAL EM EUCLIDES DA CUNHA

Maria José de Rezende*

SUMÁRIO

Analisa as considerações de Euclides da Cunha sobre a atuação dos condutores da República e a dificuldade da população, logo após 1889, de construir ações políticas contrárias aos desmandos da época. Observa como, para o escritor, era necessário construir um nacionalismo lúcido, fundado no conhecimento científico da realidade brasileira e de suas singularidades.

Palavras-chave: Brasil, mudança social, nacionalidade, progresso, ciência, evolução.

Introdução

Entre a expectativa de que ocorressem mudanças sociais no país e a decepção de não presenciá-las, Euclides da Cunha construiu uma ampla reflexão sobre os acontecimentos sociais e políticos no final do século XIX e início do seguinte. Este artigo se aterá aos livros *A margem da história e Contrastes e confrontos* que contêm as suas principais reflexões sobre esse período. Grande parte desses textos foi publicada inicialmente no jornal *O Estado de S. Paulo* e no *Jornal do Comércio*, entre 1892 e 1907.

Euclides da Cunha procurava demonstrar porque a Independência e a República não conseguiram rumar o país (BERNUCCI, 1995, p.22) no sentido de uma evolução social e política substancial. A razão principal se devia, para ele, à sedimentação, no país, de uma dificuldade latente de transformar tanto as revoltas dos sertões (Cabanagem, Balaiada, Canudos, etc.) quanto as manifestações (a Noite das Garrafadas-1831, por exemplo) e os protestos (contra o trono na década de 1860) em forças so-

* Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, professora do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (PR).

ciais fecundas capazes de alterar substancialmente a sociedade brasileira.

Euclides da Cunha empenhava-se em trazer à tona os fundamentos sociais das ações dos diversos agentes que bloqueavam a efetivação de processos de mudanças, que significassem alterações profundas da sociedade brasileira. O caráter desses impedimentos não era, para ele, somente político, mas também cultural. No seu entendimento, a formação social, a construção da nacionalidade e a constituição da identidade brasileiras tinham que ser tomadas como elementos norteadores de nossas dificuldades de transformações sociais.

Ele partilhava, ainda, de uma concepção muito em voga no final do século XIX e início do XX de que as dificuldades do país com relação ao progresso material tinham raízes em Portugal. Este era apontado, por ele, como a exceção desanimadora da Europa. O nosso atraso econômico e cultural tinha a ver com o antiprogresso de nosso colonizador.

A desvantagem decorrente da inferioridade do colonizador colocava o país em uma situação de expressivo atraso no quadro das nações desenvolvidas. A evolução de toda nação dependia de um quadro cultural e científico que não existia no Brasil. Para ele, Portugal não passava de uma comédia histórica, visto que sendo um país fútil em sua literatura, em sua religiosidade e em sua filosofia, não teria estabelecido as bases culturais que garantiam a inserção do país no mundo moderno através do progresso social fundado na ciência, na técnica e na cultura (CUNHA, 1966c, p.127).

Euclides da Cunha, em um artigo escrito em 1904, intitulado “A arcadia da Alemanha” (CUNHA, 1966d, p.115), destacava as dificuldades de o Brasil constituir-se numa nação fundada no progresso social. As nações civilizadas poderiam acabar nos devorando cedo ou tarde. Criticando os condutores do país, ele assinalava que enquanto os outros povos cresciam vertiginosamente nós nos mantínhamos em crescente mediocridade.

Incapaz de criar as condições formadoras de uma nação econômica e socialmente desenvolvida, o país não encontraria forças para enfrentar o imperialismo moderno (CUNHA, 1966d,

p.116). A miserabilidade, a pobreza, a exclusão política e educacional deveriam ser vencidas apesar de um passado colonial que somente agravou as dificuldades do país.¹ Que tipo de civilizador aportou no país? O pior tipo, afirmava Euclides da Cunha. Aquele que não mediu esforços para degradar a nação em termos de desenvolvimento econômico, político e cultural.

A ambição extraordinária de audazes aventureiros exigia a força inconsciente do selvagem para as longas pesquisas nos sertões. (...) O missionário reagia à frente dos bárbaros arrancados às selvas, contra os bárbaros oriundos das terras civilizadas. Deste conflito resulta, em muitos pontos, a feição verdadeiramente heróica do nosso passado (CUNHA, 1966e, p.122).

Euclides da Cunha afirmava que o civilizado que colonizou o país era um bárbaro também. Como ele poderia ter-nos civilizado? Seguindo o ritmo de uma formação nos termos impostos, durante os 400 anos anteriores, o máximo que o país atingiria era a passagem de bárbaro selvagem para bárbaro civilizado.

Assinale-se que, para ele, a análise dos procedimentos dos povos europeus na América indicava que os aspectos bárbaros da humanidade não seriam, de todo, jamais extintos. Os dois continentes encontravam-se em estágios diferentes de barbárie. Os mestres da civilidade que exploravam o país, na época da mineração, por exemplo, deixavam evidenciado em suas vestes, gestos e ações o significado desta civilidade, em que "...o cacete de guarda-costas vibrava próximo do bastão de biqueira de ouro" (CUNHA, 1966f, p.124).

Seguindo a perspectiva evolucionista, ele ressaltava que havia em todos os povos um processo continuado de luta, visando superar os estágios indicadores de precariedade social (SPEN-

¹ Enquanto Euclides da Cunha preocupava-se em ressaltar que os nossos males estavam fundados numa colonização portuguesa irremediavelmente pernicioso, Manoel Bomfim no livro *América Latina: males de origem*, publicado em 1905, ressaltava que a colonização européia como um todo tinha sido inegavelmente destruidora na América Latina. A superioridade européia, afirmava Bomfim, era incontestável. "Em crueldade, raça nenhuma igualará, jamais, as brancas da Europa" (Bomfim, 1993, p.93).

CER, 1947). No Brasil, esta superação tinha a ver com a busca de organização de um sentimento de nacionalidade pautado tanto na resistência às intromissões de outros povos quanto no aproveitamento de seus conhecimentos científicos, por exemplo.

Tomando a formação do povo brasileiro como um todo, desde as lutas entre as tribos indígenas, que ora se aliavam aos brancos e ora os combatiam, era visível que não faltava, no país, histórico de confrontos que tornava o Brasil apto a não se deixar simplesmente ser massacrado pelas nações ditas civilizadas.

A organização da nacionalidade brasileira era uma garantia de que a nação não se curvaria inteiramente aos demais povos. Aliar-se a estes últimos naquelas ações e atitudes que favorecessem os brasileiros e combatê-los naquelas que fossem prejudiciais era a maneira mais adequada de buscar a evolução do país.

No plano da organização social brasileira ficavam evidenciados, para ele, os confrontos e os contrastes de uma civilização que tinha que se debater para vencer as disparidades que se aprofundavam continuamente devido ao processo de colonização, o qual era sempre destruidor não só das riquezas materiais (o saque do ouro, por exemplo), mas também da possibilidade de estabelecimento de uma unidade nacional que não fosse formada pela exploração, pelo chicote e pela matança.

Parecia não haver intermediários àquela simbiose da escravidão com o ouro, porque não havia encontrá-los mesmo no agrupamento incaracterístico, e mais separador que unificador, dos solertes capitães-do-mato, dos meirinhos odientos, dos bravateadores oficiais de dragões, dos guarda-mares, dos escrivães, dos pedestres e dos exatores, açulados pelas ruas, farejando estradas e as picadas, perquerindo os córregos e os desmontes; em busca do escravo; filiando-se às pernas ágeis dos contrabandistas; colados no rastro dos contraventores; e espavorindo os faiscaadores pobres, inquirindo, indagando, prendendo, intimando e, quase sempre, matando (CUNHA, 1966f, p.124).

Os supostos civilizados possuíam nas mãos todos os mecanismos de destruição dos colonizados. A barbárie se expressa-

va no modo de aqueles primeiros organizarem o Estado e a justiça. Esta era implacavelmente monstruosa na cobrança de impostos, por exemplo, a qual "...ia da devassa ao pelourinho (...) do confisco à morte" (CUNHA, 1966f, p.125).

O ciclo da mineração (1695-1800) foi o ápice de um processo colonizador que corrompia todos os agentes envolvidos direta e/ou indiretamente naquela atividade econômica. No penúltimo parágrafo, Euclides da Cunha demonstrava que não escapava praticamente ninguém da influência perniciosa de uma colonização centrada exclusivamente no saque de riquezas. Até mesmo as profissões ligadas às cidades acabavam sendo atingidas pelos vícios da política de colonização. Os escravos eram citados como exemplo. Formava-se, assim, uma mentalidade que naturalizava a exploração, a exclusão e o massacre dos indivíduos mais pobres. Isso invadia todos os recônditos do país, ou seja, ia dos campos de mineração às cidades onde se cristalizava, nos moldes das minas, um absoluto desprezo pela vida humana.

2- O interior do país e os traços resistentes da nacionalidade brasileira

A relação da escravidão com o ouro teria sido de todo maléfica, segundo Euclides da Cunha. O ciclo da mineração (1695-1800), que levou ao processo de interiorização do Brasil, produziu males inigualáveis à sociedade. A viabilização da mineração legal potencializou o surgimento de agrupamentos incharacterísticos que não se amalgamavam e, portanto, dificultavam a formação de uma identidade nacional. Isso era, por certo, o maior problema desse período.

Os garimpeiros, que lutaram contra a mineração legal e embrenharam-se pelos ribeirões em busca de formas de sobrevivências, eram os únicos elementos que enobreciam as terras das gerais, afirmava Euclides da Cunha. A nacionalidade brasileira foi construída por estes homens que possuíam uma disposição para enfrentar o colonizador e sua mineração legal e bárbara.

Despejados dos arraiais; esquivos pelas matas que varavam premunidos de cautelas porque não raro no glauco das paisagens coruscavam, de golpe, os talins dourados e os terçados dos dragões girando em sobre-rondas céleres; caçados como feras – os garimpeiros, incorrigíveis devassadores das demarcações interditas, davam o único traço varonil que enobrece aquela quadra (CUNHA, 1966f, p.125).

Os garimpeiros enfrentavam tais condições absolutamente adversas porque, para eles, não havia qualquer outra saída, já que

...vinham de um tirocinio bruto de perigos e trabalhos, nas velhas minerações; e, únicos elementos fixos numa sociedade móvel, de imigrantes, iam capitalizando as energias despendidas naqueles assaltados ferocíssimos contra a terra (CUNHA, 1966f, p.125).

A identidade cultural do brasileiro se formou, então, de tirania em tirania, de brutalidade em brutalidade, de perseguição em perseguição. Nesta luta é que se formou o sertanejo, o qual se constituiu no fundamento de uma nacionalidade fundada na força e na coragem.

Estas duas últimas fundavam-se em atos e atitudes que podem ser caracterizados como uma forma de enfrentamento das práticas do colonizador no âmbito, tanto de suas ações econômicas e políticas, quanto de sua justiça. Euclides da Cunha, com as argumentações contidas neste artigo intitulado “Garimpeiros”, escrito em 1904, superava o excessivo peso de suas pressuposições centradas nas explicações raciais em *Os sertões*. Isso não significava que ele não buscasse, já nesta obra, compreender a paisagem social definidora das atitudes dos sertanejos.

A construção de uma nacionalidade brutalizada pelo tipo de vivência do garimpeiro fundava uma identidade nacional que não se explicava somente pelo processo de raciamento, mas também pelo conjunto de condições sociais que se instalou no interior do país. O garimpeiro, em sua labuta pela sobrevivência avançava rio adentro, embrenhava entre as montanhas. Isso fazia

surgir um tipo de brasileiro rígido e forte, labutador e corajoso. Observe-se que o mestiçamento não era mais alçado, por Euclides da Cunha, a fator central e definidor dessas características.

A coroa endurecia com violência para deter a mineração ilegal e os garimpeiros iam formando uma rede de aliados para realizar o processo de extração e comercialização do ouro. O contrabando ganha papel significativo nesse processo. Mascates e tropeiros aventureiros aliavam-se a eles. Formava-se, assim, uma agitação às escuras que minava a colonização portuguesa e impossibilitava que ela se realizasse integralmente do modo pretendido, afirmava Euclides da Cunha.

O desconhecimento das ações e atuações de uma população abandonada nos sertões durante 400 anos era um dos problemas mais graves a enfrentar. Com o desvendamento de suas lutas e embates é que se poderiam criar no país as condições de reversão da exclusão social. Os intelectuais e todos os demais setores preponderantes agiam ignorando as investidas revolucionárias dos sertanejos. Este era um dos fatores que dificultavam a instalação de um processo de valorização do Brasil e daqueles que constituíam o cerne de nossa nacionalidade.

Nessas condições, Euclides da Cunha argumentava que não faltavam motivos para justificar a necessidade de planos de mudanças e de reformas para o país, visando reverter as formas de adaptação dos brasileiros às desgraças coletivas. Diante dos grandes males e/ou problemas (a seca, por exemplo) que acometeram a sociedade brasileira durante o século XIX, nada de efetivo foi feito.

Então a alma nacional, de chofre comovida, ostenta o seu velho sentimentalismo incorrigível desentranhando-se em subscrições e em sonetos, em manifestos liricamente gongóricos e em telegramas alarmantes; os poderes públicos compram sacos de farinha e organizam comissões, e os cientistas apressados – os nossos adoráveis sábios *à la minute* – ansiando por salvarem também um pouco a pobre terra, imaginam hipóteses (Cunha, 1966g, p.131).

Revelava-se, diante de todos os problemas sociais, econômicos e políticos, segundo ele, um traço característico de nosso espírito afeiçoado a generalizações e não a especializações tenazes. Não se assistiu jamais, no país, a esforços continuados para sanar os problemas que nos acometeram. Não teria havido, até o momento, política de reversão da exclusão em razão de uma precariedade política e intelectual, afirmava ele:

...qualquer que seja o desfalecimento econômico do país, justifica-se a formação de comissões permanentes, de profissionais – modestas embora, mas de uma estrutura inteiriça – que, demoradamente, desvendando com firmeza as leis reais dos fatos inorgânicos observados, possam esclarecer a ação ulterior e decisiva do governo (CUNHA, 1966f, p.132).

O país possuía, segundo ele, uma dívida de 400 anos com a maioria da população, a qual somente seria paga quando grupos de cientistas fossem incumbidos, pelo governo, de interagir com a população e se inteirarem de seus problemas de modo tão efetivo que estes intelectuais se tornassem capazes de propor soluções baseadas em um conhecimento rigoroso dos problemas do país. Seria uma espécie de exploração científica das condições sociais em vigor, a qual era tida, por ele, como a única maneira de alcançar o progresso.

Qual mudança seria possível construir se ainda hoje (1904) buscamos

...nas velhas páginas de Saint-Hilaire, notícias do Brasil. Alheamo-nos desta terra. Criamos a extravagância de um exílio subjetivo, que dela nos afasta, enquanto vagueamos como sonâmbulos pelo seu seio desconhecido. O verdadeiro Brasil nos aterra; trocamos-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na rua do Ouvidor; sabemos dos sertões pouco mais além da sua etimologia rebarbativa (CUNHA, 1966g, p.135).

Nenhuma mudança seria possível enquanto não fossem construídos conhecimentos e ações efetivas sobre todas as regiões do país. Mencionar modificações não conhecendo além da

rua do Ouvidor era uma falácia e uma prova de descaso com o Brasil do interior, dos sertões, dos desertos.

Observa-se que Euclides da Cunha, em seus textos da década de 1890, não questionava o não-conhecimento do Brasil para além do litoral pelos condutores da proclamação da República. Ele parecia acreditar que a mudança política, proposta pela Escola Militar, era suficiente para que o país alcançasse o progresso social. Ao se inteirar das condições de vida nos sertões da Bahia, em decorrência de sua estada na guerra de Canudos, ele passava a questionar o contínuo descaso da República com o interior do país. Desde então, ganhou proeminência em suas reflexões a crítica ao desconhecimento do Brasil como um dado essencial de nossas dificuldades de mudanças sociais e políticas.

Somente através de um esforço coletivo que visasse avançar na compreensão do Brasil para além do litoral poder-se-iam estabelecer as condições para reorganizar o estado de pobreza e de riqueza, bem como os atos de direção política. Caso contrário

será o eterno tatear entre as miragens de um progresso falaz e duvidoso, até agora medido pelos *stoks* das sacas de café, pelas levas de imigrantes e por umas combinações políticas que ninguém entende (CUNHA, 1966g, p.137) .

Tanto os cientistas e os políticos quanto a população em geral, afirmava Euclides da Cunha, tendiam a desenvolver uma crescente indiferença em relação aos problemas que fulminavam o país. Aqueles primeiros, por exemplo, não se preocupavam em desvendar as dificuldades relacionadas à terra, ao clima e ao homem. Persistia, assim, uma incompreensão das bases físicas e sociais da nacionalidade brasileira.

Compreender as condições físicas e as condições sociais e políticas era o modo mais adequado de construir as mudanças sociais de que o país necessitava. O esmiuçamento daquelas primeiras, através de prolongados estudos, reflexões e análises, era essencial. Ou seja, para ele era preciso elucidar a relação

estreita que havia entre os aspectos físicos, sociais e políticos no processo de constituição e de desvendamento das identidades culturais. A definição de quem fomos, de quem somos e de quem poderíamos ser passava por uma abordagem em que o conhecimento pormenorizado da terra, do clima, da topografia, etc., fornecia os subsídios para a transfiguração social.

A posição de Euclides da Cunha relatada no parágrafo anterior ligava-se à sua formação em Engenharia Militar. Daí a valorização do saber físico para a elaboração de propostas de reformas para o país. Mas o que merece destaque, de fato, é a ligação que ele procurava fazer entre este conhecimento e o conhecimento social e político. Ele inaugurava a perspectiva ecoevolucionista, a qual supõe que a mudança na estrutura social se efetiva através de mudanças nas condições físicas e ambientais (SPENCER, 1972).

Ele valorizou o conhecimento científico do homem e de suas relações num momento em que se discutiam, no país, a própria viabilidade e até a necessidade de a sociologia constituir-se numa ciência. O ponto alto desse debate sobre a complexidade dos fenômenos sociais e a emergência de uma ciência para estudá-la foi feito, na última década do século XIX, entre Silvio Romero e Tobias Barreto (ROMERO, 1969, p.531-608).

Enquanto o segundo questionava a própria possibilidade de que a sociologia existisse, o primeiro a defendia como indicadora de um progresso para a ciência de modo geral e, também, para a humanidade, que se beneficiava com o seu desenvolvimento (REZENDE, 1998, p.99).

Euclides da Cunha insistia em que a mudança no sentido de transfiguração da realidade em vigor se daria com a modificação da relação do homem com a terra, o que exigia o discernimento das condições físicas e sociais em que, por um lado, os indivíduos se degeneravam física e moralmente em solos estéreis e, por outro, constituíam fazedores de deserto ao atacar solos exuberantes e destruí-los intermitentemente (CUNHA, 1966g, p.140).

Visando atingir a totalidade da vida social, Euclides da Cunha argumentava que as mudanças de que o Brasil precisava realizar iam da terra, do meio físico, para o homem. O movimento civilizador estava fundado, para ele, de acordo com os pressupostos do evolucionismo social de Spencer (SPENCER, 1972), no estabelecimento de raças vigorosas. Isso ligava-se diretamente à necessidade de criação de um rigoroso conhecimento dos cenários naturais prevaletentes no país (CUNHA, 1966g, p.141).

No entanto, uma raça vigorosa somente surgiria com o estabelecimento de uma associação, indissolúvel, entre o homem e a terra através de laços estreitos, não apenas materiais, mas também culturais. Conservar os traços singulares do sertanejo e combiná-los com a civilização moderna era, por exemplo, a melhor forma de resistir, em termos de energia e de cultura, aos povos estrangeiros, que sempre nos desejavam apáticos e fracos.

Toda colonização era destrutiva, afirmava Euclides da Cunha. Os estragos seriam maiores ou menores dependendo da possibilidade de preservação de traços da cultura vigente em um dado território antes da invasão. Segundo ele, a cultura dos povos antigos do Peru, por exemplo, vigiava o modo de aquela população, no início do século XX, agir diante dos estrangeiros (CUNHA, 1966h; 1966i; 1904).

Alguns povos indígenas da América Latina eram exemplares de raças vigorosas e fortes que foram parcialmente destruídas pela brutalidade dos colonizadores. No entanto, os traços culturais dessas raças robustas, que ainda sobreviviam necessitavam ser cultivados e valorizados. Todos aqueles (principalmente os homens de ciência) que se interessavam, de fato, pelo destino do continente deveriam se ocupar intermitentemente desta tarefa.

A interpretação do ambiente físico e social tornou-se a razão de ser de seu trabalho pelo interior do país. Todos os seus intentos estavam voltados para uma insistente busca, pelo país afora, das forças que fossem capazes de resistir às intervenções estrangeiras futuras. Isso ele fez como

...escritor (e) homem público. Daí seu nacionalismo ou, antes, brasileiroismo: um brasileiroismo difícil de ser separado do seu indigenismo. Era nos 'admiráveis caboclos do norte', por exemplo, que ele via o futuro da Amazônia brasileira: caboclos capazes de sobrepujar 'pelo número, pela robustez, pelo melhor equilíbrio orgânico da aclimação e pelo garbo no se afoitarem com os perigos' quando estrangeiros tentassem se estabelecer em terras de seringais. O que era preciso era que o engenheiro – Euclides era engenheiro, além de caboclo – amparasse, sob o comando de um governo consciente da sua missão, aqueles bravos, na sua obra de integração da Amazônia no conjunto nacional brasileiro; e os amparasse pondo-os em intimidade permanente com o resto do país através de comunicações fáceis (FREYRE, 1966, p.23).

Pensando a mudança social em termos evolutivos, ele argumentava no artigo “Entre o Madeira e o Javari” (o qual foi escrito a partir de uma expedição naquela região) que na Amazônia se verificava uma seleção natural dos fortes. A resistência às adversidades reinantes naquelas terras teria feito do caboclo do Norte um exemplo de robustez e de equilíbrio. Todos os povos que chegassem ao extremo Norte do país seriam submetidos à força dos sertanejos. Estes representantes de nossa nacionalidade não sucumbiriam a intervenções estrangeiras (CUNHA, 1966j, p.165).

Em *A margem da história*, Euclides da Cunha traça um retrato da servidão a que estavam submetidas as populações na Amazônia. O processo migratório tomou forma em 1789 e foram lançadas para estas terras grandes levas de brasileiros. A migração se realizou como uma forma de exílio dos pobres dentro do próprio país. Ele indagava: à que tipo de progresso poderia ser alcançado num país que abandonava continuamente uma massa de miseráveis e de famintos à sua própria sorte? “Mandava-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria” (CUNHA, 1966m, p.248).

No Brasil, o poder público possuía, afirmava ele, este papel expurgatório. A intervenção governamental visava expelir

estes grupos, quase que exterminados pelas secas e pela miséria, das vistas dos brasileiros das cidades.

Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem. E não desapareceram. Ao contrário, em menos de trinta anos, o Estado que era uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado, a estirar-se, sem lindes, para sudoeste, definiu-se de chofre, avantajando-se aos primeiros pontos do nosso desenvolvimento econômico. (...) E naquele extremo sudoeste amazônico (...) cem mil ressuscitados apareciam inesperadamente e repatriavam-se de um modo original e heróico (CUNHA, 1966n, p. 248).

Através de uma descrição física e social das populações da Amazônia, Euclides da Cunha, em *A margem da história*, expunha as adversidades enfrentadas pelos sertanejos que ali viviam abandonados integralmente pelo governo, pelas leis e pela sociedade de modo geral. Nessas condições, teria emergido naquelas terras distantes uma sociabilidade específica que se tornou prevalecente em todos os lugares longínquos do país.

Investigar as possibilidades de mudança no país passava pelo desvendamento dessas formas de sociabilidades construídas no sertão e nas margens dos rios da Amazônia. Os sertanejos de chão úmido assemelhavam-se aos sertanejos de deserto e de caatinga, no que se refere a uma sobrevivência na adversidade, na quase que impossibilidade total. Isso os tornava, também, uma raça vigorosa, segundo Euclides da Cunha.

O Brasil urbano e litorâneo cometera sempre o engano de imaginar soluções para o país sem que essas populações sertanejas fossem levadas em conta e/ou incluídas. O caráter vigoroso desses brasileiros era visível na medida em que, mesmo isolados, esses homens, mulheres e crianças conseguiam sobreviver; o que ocorria a despeito do desejo do governo e da sociedade urbana, em geral, de que todos eles desaparecessem.

Em *A margem da história* é possível visualizar nos escritos de Euclides da Cunha uma situação de desconforto em razão de sua posição como funcionário do Itamaraty que estava na região Amazônica por questões de demandas territoriais entre o

Brasil e o Peru. Ao descrever a situação de abandono e de isolamento dessas populações fronteiriças, ele denunciava que a preocupação destes dois países era somente com o território e de modo algum com as pessoas que viviam nestes locais exiladas dentro de sua própria terra.

Os sertanejos ao viverem essa espécie de expatriamento dentro de sua própria pátria se tornaram os genuínos brasileiros. Fortaleceram entre eles modos de se impor aos estrangeiros que chegavam na região Amazônica. Euclides da Cunha insistia em que os outros povos deveriam ser bem-vindos ao país desde que os brasileiros pudessem se impor culturalmente. Os caboclos conseguiriam tal feito, já que eram eles o cerne de nossa nacionalidade. Os homens do litoral eram uma mistura que fragilizava qualquer resistência a intervenções estrangeiras. A evolução do país em termos de progresso social deveria contar, então, com a rigidez do caboclo e não com a fraqueza identitária dos habitantes do litoral e de suas cidades.

Houve uma cisão, para Euclides da Cunha, na formação da identidade nacional brasileira. A interpenetração demasiada de culturas havida no litoral dissolvia a possibilidade de discernimento de que “...não é o bárbaro que nos ameaça, é a civilização que nos apavora” (CUNHA, 1966, p. 173). Ao discutir o imperialismo americano, ele argumentava que era falaz o temor disseminado de que os EUA estariam interessados em pedaços do território do país. O esmagamento das nações fracas, dizia ele, se daria através de conquistas culturais, as quais seriam feitas principalmente através do desenvolvimento industrial de algumas nações que procurariam impor à América Latina padrões de consumo desconexos com as necessidades do continente.

Em razão de sua fragilidade identitária, os habitantes do litoral estariam sempre muito mais propensos a se entregar a este processo denominado por Euclides da Cunha de darwinismo das nações, o qual era definido como uma espécie de luta de alguns países para se imporem às nações mais fracas industrialmente.

3- Nacionalismo lúcido e nacionalismo provisório

Euclides da Cunha preocupava-se em distinguir rigorosamente resistência cultural de xenofobia. Ele se definia como defensor daquela primeira e, de modo algum, daquela última. Nos artigos “Nativismo provisório” (CUNHA, 1966m), “Ao longo de uma estrada” (CUNHA, 1902) e “Civilização” (CUNHA, 1904), ele tecia uma acirrada crítica ao nativismo sentimental que produzia uma aversão infundada aos estrangeiros. Isso seria, segundo ele, incompatível com os novos tempos que se anunciavam para o século XX.

O pseudopatriotismo deveria ser combatido por um lúcido nacionalismo.

Em que o mínimo desquerer ao estrangeiro, que nos estende a sua mão experimentada, se harmonize com os máximos resguardos pela conservação dos atributos essenciais da nossa raça e dos traços definidores da nossa gens complexa, tão vacilantes, ou rarescentes na instabilidade de uma formação etnológica não ultimada e longa (CUNHA, 1966m, p: 187).

O lúcido nacionalismo seria o único capaz de produzir mudanças substanciais. No âmbito econômico era impossível recusar o que os outros países tinham a oferecer ao Brasil em termos de desenvolvimento técnico, por exemplo. No entanto, era preciso que o país se armasse de uma integridade étnica, que capacitasse os brasileiros a resistir às imposições culturais de outros povos (CUNHA, 1966m, p.188). Não sucumbir diante de outras nações deveria ser um dos principais objetivos do país.

Em Herbert Spencer (1820-1903), Euclides da Cunha buscava os fundamentos de um progresso social que não destruísse as nações menos desenvolvidas economicamente.² Mas de que forma isso seria possível se o século XX se iniciava indicando que o domínio não se faria mais pela espada ou pelas

² Euclides da Cunha afirmava que o próprio Spencer no final da vida ter-se-ia mostrado cético em relação a essa possibilidade, pois se anunciava, no início do século XX, uma época de barbárie e não de progresso social (Cunha, 1966m, p.189).

conquistas territoriais, e sim pela infiltração do industrialismo e da ciência?³

Para este conflito é que devemos preparar-nos, formulando todas as medidas, de caráter provisório (...) que nos permitam enfrentar sem temores as energias dominadoras da vida civilizada, aproveitando-as cautelosamente, sem abdicarmos a originalidade das nossas tendências, garantidoras exclusivas da nossa autonomia entre as nações. (...) Reconhece-se, afinal, que o nosso código orgânico não enfeixa as condições naturais do progresso; e que andamos há quinze anos no convívio das nações com a aparência pouco apresentável de quem, meião na altura, se revestiu desastradamente com as vestes de um colosso (CUNHA, 1966m, p.189).

Vencer os artificialismos da vida social, econômica e política significava encontrar meios de relacionamento com os outros países. Isso deveria brotar de uma observação rigorosa de nossas singularidades históricas. Os governantes, por exemplo, tinham que estabelecer

...medidas que contrapesassem ou equilibrassem a nossa evidente fragilidade de raça ainda incompleta, com a integridade absorvente das raças já constituídas. A tarefa dos futuros legisladores será mais social do que política e inçada de dificuldades talvez insuperáveis (CUNHA, 1966m, p,189).

Reformas políticas e constitucionais eram, então, necessárias para dificultar, argumentava ele, qualquer ingerência dos estrangeiros sobre o país. Se já existissem recusas ostensivas cristalizadas no âmbito da organização social não se fariam necessárias tais imposições jurídicas e políticas, mas em razão de não haver resistências sedimentadas na população do litoral, por exemplo, era preciso estabelecer medidas obstaculizadoras das intromissões externas que poderiam ocorrer.

³ Spencer afirmava que "sob a pressão de necessidades e atividades humanas" (Spencer, 1972, p.54) é que tinha emergido a sociedade industrial moderna.

Euclides da Cunha defendia um tipo de progresso social que combatesse a miserabilidade e a pobreza da população. E se aquele estava fundado na ciência e na técnica não havia possibilidade de o país voltar as costas aos países industrializados. As maiores dificuldades não vinham de fora. Elas estavam cristalizadas na organização social e política brasileira.

Os políticos, entusiastas ou não da República, bem como o povo em geral, partilhavam de uma credulidade que beirava o infantilismo. Isso ficava evidenciado no modo como eles percebiam o país e as suas possibilidades de modificações sociais, afirmava Euclides da Cunha. Os ideais não tinham qualquer substância, pois vigorava uma espécie de divórcio entre o que alguns homens diziam acreditar (o ideal republicano, por exemplo) e as suas ações, quando ocupavam posições de mando e decisão.

Havia, também, uma incompreensão, por parte de quase todos os grupos sociais, dos desastros realizados em nome da efetivação da República. O Governo de Floriano Peixoto era destacado (CUNHA, 1966a, p.106) como um momento expressivo desse processo.

Na nossa translação acelerada para o novo regime ele (o segundo presidente republicano) não foi uma resultante de forças, foi um componente novo e inesperado que torceu por algum tempo os nossos destinos (CUNHA, 1966^a, p.107).

As perguntas que Euclides da Cunha fazia eram as seguintes: como um homem poderia distorcer assim o nosso destino? Que espécie de movimento republicano se desenvolveu no país que uma figura como Floriano Peixoto atuava tão decisivamente com atos não condizentes com o que se tinha idealizado em termos de República?

Estava em questão não a força de Floriano Peixoto mas sim a fraqueza dos brasileiros (CUNHA, 1966^a, p.107).

O seu valor absoluto e individual reflete na história a anomalia algébrica das quantidades negativas: cresceu,

prodigiosamente, à medida que, prodigio-samente, diminuiu a energia nacional (CUNHA, 1966^a, p.107).

Caberia indagar, com base nesta afirmação de Euclides da Cunha, se o regime ditatorial de Peixoto não estaria revelando o quanto era tênue uma energia formada pelo entusiasmo de exíguos setores médios (intelectuais e militares, fundamentalmente)?

O autor de *Os sertões* não considerava que a preparação da proclamação de 1889, por alguns setores somente, seria a razão da emergência de um período ditatorial logo no início da República.

Subiu, sem se elevar – porque se lhe operava em torno de uma depressão profunda. Destacou-se à frente de um país, sem avançar – porque era o Brasil quem recuava, abandonando o traçado superior das suas tradições (CUNHA, 1966^a, p.107).

Ao afirmar que o país tinha recuado e assim aberto caminho para um período ditatorial, ele está ratificando os seus argumentos feitos, no artigo “Da independência à República”, (CUNHA, 1966b, p.376) de que a proclamação foi fruto de uma revolução que se operou ao longo do século XIX, mas que logo após a sua instalação ocorreram transformações abruptas que mudaram o seu curso quase que instantaneamente. E por que isso teria sucedido?

Segundo ele, a análise das condições em que Floriano Peixoto chegava ao poder era reveladora de que a falta de consistência na compreensão da população em geral e dos setores médios, em particular, entre o ideal e a prática política republicana, ter-se-ia revelado desastrosa para a consecução dos objetivos republicanos.

A ausência de um amplo engajamento popular no processo que culminou na proclamação de 1889 possibilitou que a República se efetivasse quase como conspiração. Aparentemente isso não acarretaria grandes problemas, segundo Euclides da Cunha, uma vez que o movimento republicano em si mesmo já era expressão das reivindicações da sociedade como um todo.

No entanto, em vista de nossas singularidades político-culturais assistiu-se à instauração de conspirações que desembocaram em outras maquinações responsáveis por afastar com violência a possibilidade de efetivação de uma República capaz de levar em conta a necessidade de reversão, tanto do divórcio entre os homens do litoral e os do sertão, quanto da exclusão manifestada na miserabilidade material e na ausência da maioria no processo decisório.

A República teria assumido esta feição no Brasil em razão, argumentava ele, da obsessão dos condutores da proclamação em equilibrar "...até o último minuto a energia governamental e a onda revolucionária" (CUNHA, 1966^a, p.108). Esta preocupação excessiva inclinou, diz ele, o novo regime para uma ditadura.

A constituição interna da conspiração, que culminou com a República, depositava em Floriano Peixoto a mais alta esperança. Euclides da Cunha, como engenheiro militar, participou deste processo e, no calor da hora, também acreditava que isso era suficiente para mudar o país. Os conspiradores pareciam eminentemente preocupados com o equilíbrio da ordem governamental e contavam com alguns homens como Floriano Peixoto para realizar tal feito. O desfecho desse processo foi a sedimentação de uma República ditatorial que Euclides da Cunha criticou no livro *Os sertões*.

Devoto do progresso industrial e científico como gerador de soluções para os problemas da humanidade, Euclides da Cunha argumentava que não se atingia um alto coeficiente de progresso na sociedade brasileira porque as energias nacionais, formadas pela ação política e pelo conhecimento científico, não eram postas nesse sentido. A dispersão de esforços era a marca da civilização brasileira. As anomalias de nossas investidas evolutivas afastavam para muito longe a sua efetivação.

Reflete o vício de uma expansão em que não colaboram as forças profundas do país, porque vai da periferia para o centro, sobre não ter o caráter francamente nacional, a pouco e pouco extinto no vigor das correntes intensivas de imigrantes que, diante de nossa indiferença fatalista

pelo futuro, já vão assumindo o aspecto de uma invasão de bárbaros pacíficos (CUNHA, 1902, p.2).

Corrigir as anomalias que se iam formando no interior do processo de superação das dificuldades sociais, políticas e econômicas brasileiras deveria ser o objetivo de todos os homens de ciência. Estes deveriam empenhar-se em fazer uma leitura adequada da organização social vigente no país. Isso era, segundo ele, uma tentativa civilizadora que se resumia em uma busca de autonomia de propósitos voltados para um tipo de progresso que não desprezaria o conhecimento científico e industrial desenvolvido em outros países.

Na

...luta pela existência entre as nações, desdobra-se o mesmo processo que preside à evolução geral da vida. É como uma cópia ampliada numa escala maior, que faz resultar novos acidentes, novos esforços, exigências mais imperiosas. O determinismo, porém, é semelhante. Quando uma raça se unifica – autônoma, forte e original – ela está apta a adaptar-se à civilização em geral (CUNHA, 1966, p399).

Caberiam às esferas políticas, jurídicas e culturais a construção de um vigor e de uma autonomia que capacitasse o país a entrar no processo de luta e de enfrentamento que dava a tônica ao desenvolvimento das nações no século XX. O país possuía diversos obstáculos que deveriam ser vencidos. O principal deles era uma formação étnica

...ainda incompleta e uma unidade política estendida em vastíssimas terras, numa inversão flagrante da ordem lógica dos fatos, fazendo com que a evolução social passasse adiante da evolução biológica (CUNHA, 1907, p.7).

Segundo os pressupostos evolucionistas de Spencer,⁴ Euclides da Cunha vislumbrava uma necessária progressão na formação étnica do brasileiro. O mestiçamento, a mistura racial deveria, segundo ele, caminhar para o aprimoramento de uma raça brasileira consistente e definida. Ou seja, esta deveria possuir os traços de resistência que fossem insolúveis ao contato com outros povos. Através desse processo, o país se prepararia para a evolução política.

Ele acreditava, porém, que se formavam no Brasil, no transcorrer dos séculos, as condições para a sedimentação de um progresso social e político. Eram visíveis, no âmbito político, inúmeros erros e dificuldades que resultaram do fato de vigorar aqui uma nacionalidade forçada por uma constituição (a de 1822) que incorporou artificialmente idéias e costumes de outras nações. Constituiu-se, assim, numa situação política postiça. As pressuposições em torno da liberdade e da igualdade, por exemplo, não tinham organicidade com as condições vigentes na sociedade brasileira.

E assim nascemos sob o hibridismo da monarquia constitucional representativa – quase abstratamente, ou patenteando, pelo menos, o maior exemplo da política experimental tateante, que se conhece (CUNHA, 1907, p. 7).

Segundo ele, no final do século XIX, constituía-se, mesmo com estas dificuldades, num projeto incipiente de nacionalidade. A Abolição e a República apontavam para um desenvolvimento político expressivo, embora tenha sido obra de uma minoria. Para Euclides da Cunha, essa mudança circunscrita a alguns indivíduos propiciou uma forma de evolução política centrada na conciliação. Através desta última, as forças sociais preponderantes lutavam, tanto para barrar todos os conflitos que

⁴ "Pois a sociologia de Spencer tomou da biologia não só a noção de mudança evolucionista mas também o modelo do organismo. Em uma completa inversão da rejeição por Bentham da metáfora do corpo político como enganosa poesia, Spencer argumentou não só que a sociedade é como um organismo biológico, mas que a sociedade é realmente um organismo. Usando essa noção, introduziu na teoria sociológica os conceitos embrionários de estrutura social, função da sociedade e equilíbrio sistêmico que figurariam mais tarde como bastiões contra as pretensões do individualismo metodológico" (Levine, 1997, p.134).

emergiam, quanto para quebrar qualquer possibilidade de transformação substancial.

De que maneira eram, então, os indicativos de progresso social visualizados por ele? O fato de alguns acontecimentos terem sido dirigidos por setores minoritários não significava, para Euclides da Cunha, que as mudanças ocorridas no país durante o século XIX não contaram com outras energias. As modificações gestadas entre 1822 e 1889 teriam sido resultado de um encontro entre diferentes energias sociais. Entre estas estavam os sentimentos nativistas, as aspirações transfiguradoras que vinham dos sertões e as investidas conservadoras das lideranças políticas.

A consubstancialidade dessas energias resultou em um processo de regulação e uniformização das energias mais revoltas. Isso conduziu a amplas tentativas de supressão do conflito através do equilíbrio conservador. Para Euclides da Cunha, o período da Regência teria sido o momento definidor, por excelência, desse modo de progresso político conciliador.

E em que sentido o século XIX era considerado como inaugurador de evoluções sociais? Para Euclides da Cunha era positivo o caráter conciliador das mudanças estabelecidas no país. Ou seja, o controle das modificações era em sua concepção indispensável a qualquer processo evolutivo. Tinha-se, assim, a defesa, por ele, de medidas políticas que evitassem radicalizações que não pudessem ser equilibradas num quadro de conflitos inevitáveis aos processos constituidores da nacionalidade brasileira.

A existência de instituições políticas controladoras e repressivas representava, para ele, um estágio necessário pelo qual o país teria que passar para sair de uma situação ainda primitiva. Argumentos dessa natureza estão inteiramente filiados ao evolucionismo social.

Spencer, o principal teórico dessa perspectiva,

além de insistir na variabilidade, (...) descobre uma constante universal atuante nas várias adaptações que os seres humanos fizeram a diferentes condições de vida: a pro-

pensão para adaptar-se com vistas à adequação às circunstâncias do ambiente (Spencer, 1947).

Com isso em mente, Spencer delineou uma evolução a longo prazo do caráter humano, desde um estágio primitivo marcado por instituições políticas repressivas orientadas para a guerra, até um moderno estágio civilizado em que indústria e comércio são exercidos por intermédio, predominantemente, de associações voluntárias. A capacidade de adaptação ao estado anterior implica um tipo egoísta de caráter, que é socializado por instituições sociais agressivas; em sociedades industriais, as repressões são abolidas quando os controles morais tornam-se internalizados e o caráter humano passa a ser essencialmente altruísta (LEVINE, 1997, p.134).

No entanto, cabe dizer que Euclides da Cunha, em 1904, mostrava-se desapontado com os últimos escritos de Spencer, nos quais este se confessava desiludido com os rumos tomados pela industrialização, pela ciência e pela técnica. O início do século XX encontrava-se marcado, segundo o sociólogo britânico, por duas forças coercitivas, por excelência: o militarismo e o imperialismo⁵. Elas estavam estreitamente ligadas e eram, "...de fato, duas manifestações diferentes de uma mesma condição social (SPENCER, 1904, p.179).

O autor de *Os sertões* não partilhava com Herbert Spencer a idéia de que existiam indicativos de que os processos de desenvolvimento científico e industrial estavam sendo postos a favor da militarização e da dominação mesquinha e egoísta de umas nações sobre outras (SPENCER, 1904^a, p.193).

A tese de que o progresso social teria sido abandonado em favor da barbárie era recusada por Euclides da Cunha. Isso é compreensível em vista de seu empenho, durante décadas, em demonstrar que o desenvolvimento das ciências físicas e sociais combinado com o conhecimento histórico da formação e da singularidade brasileiras era o único caminho para instalar no país projetos civilizadores.

⁵ Herbert Spencer afirmava que o progresso contínuo do imperialismo levaria a uma nova forma de barbárie pautada em uma regulamentação excessiva da vida social. O estabelecimento de uma completa servidão seria inevitável nessas condições (Spencer, 1904b, p.224). *Ciência & Trópico, Recife, v.29, n.2, p.465-490, jul./dez. 2001*

Spencer, no final da vida, levanta dúvidas sobre a possibilidade de a ciência constituir-se num fator definitivo de progresso, o que deixa Euclides da Cunha absolutamente indignado e perplexo (SPENCER, 1904). Isso pode ser detectado em seu artigo intitulado “Civilização”, que foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 10 de julho de 1904.

Referências bibliográficas

BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos: prólogos contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1995.

CUNHA, Euclides, R. P. da. O marechal de ferro. In: *Contrastes e confrontos*. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966^a. v.1, p.106-110.

_____. Id. Da independência à República. In: *Obra Completa*. São Paulo: Aguilar, 1966b.v.1, p.326-376.

_____. Id. Uma comédia histórica. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966c. v.1, p.127-130.

_____. Id. A arcadia da Alemanha. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966d. v.1, p.114-118.

_____. Id. Anchieta. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966e. v.1, p.121-123.

_____. Id. Garimpeiros. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966f. v.1, p.123-17.

_____. Id. Plano de uma cruzada. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966g. v.1, p.130-141.

_____. Id. Contrastes e confrontos. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966h. v.1, p.151-155.

_____. Id. Conflito inevitável. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966i. v.1, p.155 -159.

_____. Id. Entre o Madeira e o Javari. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966j. v.1, p.162-166.

_____. Id. Temores vão. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966l. v.1, p.173-176.

_____. Id. Contra os caucheiros. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 de maio 1904. p.04.

_____. Id. Nativismo provisório. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966m. v.1, p.187-190.

_____. Id. Ao longo de uma estrada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18. Jan.1902. p.02.

_____. Id. Civilização. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1904. p.04.

_____. Id. À margem da história. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966n. p.223-384.

_____. Id. O Brasil mental. In: *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966º, p.399-412.

_____. Id. Castro Alves e seu tempo. Conferência no Centro XI Agosto. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. P.7

FREYRE, G. Euclides da Cunha: revelador da realidade brasileira. In CUNHA, E. *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966. p.17-31.

LEVINE, Donald N. *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

REZENDE, Maria J. de. A concepção de mudança social em Sílvio Romero: uma leitura singular da política brasileira no final do século XIX. *Acta Scientiarum*, Maringá, UEM, v. 20, n. 1, p. 95-105, 1998.

ROMERO, S. *Parlamentarismo e presidencialismo*. Brasília, Senado Federal, 1979

_____. Id. *Obras filosóficas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969. p.531-608.

SPENCER, Herbert. *On social evolution*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

_____. Id. *Faits et commentaires*. Paris: Hachette, 1904.

_____. Id. Impérialisme et servitude. In *Faits et commentaires*. Paris: Hachette, 1904. p.177-192.

_____. Id. Retour a la barbarie. In: *Faits et commentaires*. Paris: Hachette, 1904a. p. 193-211.

_____. Id. Réglementations. In: *Faits et commentaires*. Paris: Hachette, 1904b. p.211-224.

_____. Id. *La justicia*. Buenos Aires: Atalaya, 1947.

ABSTRACT

Construction of Nationality and Social Change in Euclides da Cunha.

The article analyses Euclides da Cunha ideas about the behavior of the rulers of the Republic and the difficulties of the population, from 1889 on, to face the abuse of power by those rulers. The article shows how it was necessary to Cunha to construct a clear nationalism, grounded on a scientific knowledge of Brazilian reality and its singularities.

Key words: Brazil, social change, nationality, progress, science, evolution.

RÉSUMÉ

La construction de la nationalité et le changement social chez Euclides da Cunha.

L'auteur analyse les considérations d'Euclides da Cunha sur l'action des guides de la République et des difficultés de la population, juste après 1889, pour élaborer des actions politiques contraires aux désordres de l'époque. Il observe comment, pour un écrivain, il était nécessaire de construire un nationalisme lucide, fondé sur la connaissance scientifique de la réalité brésilienne et de ses singularités.

Mots-Clés: Brésil, changement social, nationalité, progrès, science, évolution.